

O Discurso televisivo da memória: plim plim

Evelyn Orrico

RESUMO

A televisão, parte integrante e fundamental de um sistema de comunicação de massa, ao mesmo tempo em que é resultado, é também fonte do universo simbólico do público a que se dirige. Sua grade de programação respeita, assim como provoca, o imaginário social de seu público, a partir do contexto histórico-social em que se manifesta. À luz de autores contemporâneos, este artigo discute aspectos da grade de programação do maior conglomerado televisivo brasileiro, como fonte de informação, especialmente voltada às atrações relativas à memória, procurando apontar para a construção de novas redes de sentido, concebidas *pelo* e *no* discurso televisivo. Reflexão eminentemente teórica, este artigo discute o impacto que tal programação provoca na construção do universo simbólico do povo brasileiro e conseqüentemente da memória desse grupo social na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Memória. Informação. Comunicação de massa. Televisão.

1 Introdução

Este artigo surge do estranhamento despertado pela repercussão altamente positiva à grade de programação do maior conglomerado de comunicação do país, especialmente no que se refere a programas que circundam a memória. Considerando que televisão é um dos maiores instrumentos de comunicação de massa, e um dos mais potentes difusores de informação, chamou-me atenção a presença de reprises de programas já veiculados pela emissora. Além da programação exibida em canal aberto, foi criado, há um ano, um canal fechado de TV, especificamente para reprisar a programação da rede aberta. Há dois estranhamentos em jogo. Um deles diz respeito às causas de o agente comunicacional veicular reprises. Se há veiculação, é porque há retorno de audiência (desejo de lembrança). O outro, à própria construção dessa memória. E à sua respectiva contraface, o esquecimento (a política de memória).

Chama particular atenção o interesse que tais reprises despertam, manifestado pelos índices de audiência que tais exhibições vêm conquistando. A percepção de audiência, para fins deste artigo, não seguiu critérios rígidos de estatística. Ela foi apreendida pela leitura de artigos de articulistas que comentam sobre alguns dos programas reprisados, pela propaganda de comemoração de aniversário da criação do canal de TV fechada e por manifestações de leitores que se dirigem a jornais e revistas para elogiar a iniciativa.

A título de ilustração, podemos ver que há mais de quinze anos a Rede Globo tem em sua grade o programa *Video Show*, espécie de guardião da memória do fazer televisivo global e há 30 anos veicula o programa *Vale a Pena Ver de Novo*, em que reprisa uma de suas novelas. Os dois são programas diários, apresentados no início e no meio da tarde, respectivamente, logo após o jornal de notícias vespertino. O outro é o Canal Viva, exibido como canal de TV fechada, para assinantes, cuja grade é inteiramente constituída de reprises.

Este artigo, sem deter-se na análise de cada um dos programas, se propõe a realizar uma reflexão teórica sobre o momento histórico que viabiliza a construção de uma grade de programação como essa, assim como as possíveis repercussões para a construção de uma memória da televisão brasileira e, conseqüentemente, das manifestações culturais brasileiras.

2 Contexto cultural atual

Vários teóricos têm discutido a contemporaneidade. Isso não é novidade, já que, ao longo do tempo, pensadores dedicam-se a compreender o seu período histórico. Para Andreas Huyssen (2000), os anos de 1980 marcaram a emergência da memória como uma preocupação central das sociedades ocidentais,

indicando um deslocamento do futuro presente para o passado presente. Trata-se de um processo histórico durante o século XX no qual surge o discurso de memória impulsionado pela mediação do Holocausto, na contramão do privilégio que já foi dado ao futuro em projetos nacionais, por exemplo.

Além desse autor, outro pesquisador, o historiador francês François Hartog (2006), dedica-se ao estudo da contemporaneidade, para quem o nosso tempo tem se caracterizado como sendo um novo regime de historicidade, haja vista o modo diferente de articulação das categorias de passado, presente e futuro. Ainda segundo esse autor, existe uma forte demanda social por patrimônio e memória, porque ela caracteriza nosso tempo presente como aquele em que se deseja nada esquecer, pelo pressuposto da evidência de um presente onipotente.

Ao lado da percepção desse novo espaço temporal, um outro pressuposto norteia nossas reflexões: a de que a essa percepção do tempo atrela-se o binômio memória-identidade. A construção dos elementos e construtos de memória reforçam, forjam, moldam os traços de identidade dos indivíduos e de seu grupo social, mesmo que na contemporaneidade lidemos com a propalada desestruturação e descentração do sujeito. Ainda que contemporaneamente tenhamos consciência de um sujeito múltiplo e, conseqüentemente, não uno, como aquele concebido na modernidade, percebemos que há marcas representacionais que o definem como **sendo algo e não sendo uma infinidade de outros**, ao mesmo tempo.

A possibilidade de se perceber como ‘sendo algo’, relaciona-se ao que se pode denominar de cultura. Baseio-me aqui no que White, traduzido por Dillingham, (2009) discute sobre esse conceito. Para esse autor, somente o homem é o animal capaz de “simbologizar”, ou seja, só o ser humano tem a capacidade de originar, definir e atribuir significados, de forma livre e arbitrária, a coisas e acontecimentos no mundo externo, bem como compreender esses significados” (WHITE; DILLINGHAM, 2009, p. 9). O autor salienta que esses significados não podem ser apreendidos pelos sentidos biológicos de sua natureza. Para justificar o que afirma, fornece vários exemplos, e aqui utilizaremos o que ele apresenta como diferença entre água benta e água comum. Admitir que uma quantidade de água dentro de um jarro é benta e que quantidade semelhante armazenada em outro pote não o é, não decorre de experimento pelo paladar, olfato, nem mesmo de análise físico-química. A uma delas é atribuído o valor de bento e à outra, não.

White (2009) cunhou o termo simbologizar para atribuí-lo a um tipo de comportamento em que, dizemos nós, necessariamente ocorre uma atribuição de valor, criada pelos homens/mulheres,

que só pode ser compreendida pelo grupo a partir de uma convenção social, definida pelo próprio grupo por intermédio de um discurso articulado.

Para o autor, é a simbologização e o discurso articulado que viabilizam a criação das organizações sociais e das instituições econômicas, e ainda transformam o uso de ferramentas em um processo que tende a progredir cumulativamente, assim como formam tradições de conhecimentos e crenças, como as cerimônias, os rituais e o que mais for criado.

Afirma, ainda, que: “Uma coisa é apenas o que é. Mas o **significado** de uma coisa, a **importância** de uma coisa, para a ciência e para nós, não depende só de suas propriedades intrínsecas, mas do contexto de análise.” (WHITE; DILLINGHAM, 2009, p. 55).

Esse contexto social que White menciona constitui-se de grupo social que está organizado por algo que independe da estrutura corporal, como ocorre em outros grupos de animais, por exemplo, e decorre de uma tradição suprabiológica e supra-orgânica externa, constituindo então o que aqui se denomina de cultura. Nessa organização, específica da espécie humana, há transmissão dos conceitos por intermédio de discurso articulado. É por esse discurso articulado, forma típica de simbologização, que o mundo se tornou classificado, conceitualizado e verbalizado, e, com base nessas concepções, as relações entre as coisas foram sendo estabelecidas.

A definição de cultura, então, conforme proposta de White, é “a classe de coisas e eventos que dependem da simbologização, que são produtos da simbologização, considerada em um contexto extrassomático.” (WHITE; DILLINGHAM, 2009, p. 58); quatro páginas adiante, o autor propõe que a cultura existe em organismos (como ideias, sentimentos etc), no comportamento interpessoal e em objetos.

Admitindo, então, que cultura se relaciona intrinsecamente com discurso articulado, este artigo discute a construção discursiva construída pelo maior conglomerado infocomunicacional do país, pela análise de sua grade de programação, tanto no canal aberto quanto no canal fechado.

3 A Repercussão discursiva

Ao tomar como pressuposto que a cultura é o fruto da simbologização pelo discurso articulado, é preciso definir o que compreendemos como discurso e sua relação com a memória. Conforme apontam Oliveira e Orrico (2005), a linguagem é uma das principais faculdades humanas e os estudos relacionados à memória mostram que a relação entre as duas tem seu papel na manutenção do sujeito como sujeito social. As autoras baseiam-se em Foucault (1970) para ampliar essa relação na manutenção

do grupo e da comunidade como tal e também na manutenção do Estado, como entidade identificável para aqueles que nele se referenciam, e das instituições, que acabam por legitimar as relações sociais.

Inicialmente, adverte-se que o termo discurso é polissêmico, em que pesem as diversas definições disseminadas por autores que se dedicam aos estudos da linguagem. Neste artigo, pretende-se enquadrar a produção discursiva como evidenciadora e constituidora da memória e da identidade construída na dinâmica das tecnologias de informação e de comunicação, em especial a programação televisiva dedicada à memória. Começamos pela acepção que relaciona estreitamente discurso com ação: discurso – do latim *discursus*, *us*, é ação de correr para diversas partes, de tomar várias direções. A ideia de ação liga-se ao modo como o discurso é concebido nas correntes que se prestam a abordá-lo como caminho fundamental para análise da subjetividade e da expressividade do indivíduo e dos grupos.

O discurso começa a ter seu perfil delineado — dentro de uma teoria que o toma como objeto — com os estudos que se preocupam com a prática da linguagem contextualizada socialmente, e aí incorporamos o pensador Mikhail Bakhtin à discussão.

Muitos estudos que hoje trabalham na confluência da língua com o social creditam a Bakhtin as primeiras teorizações acerca “[...] da interação verbal e das relações entre linguagem, sociedade e história [...]”. No final da década de 1920 do século XX, Bakhtin afirma que a língua é utilizada pelo locutor para suas necessidades enunciativas concretas, atentando para a forma de utilização e para as significações advindas do uso em contextos ideológicos específicos. Tal contexto é levado em conta nos estudos da língua que focalizam o homem em ação comunicativa e o discurso como acontecimento. O autor afirma que “[...] não são as palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra é sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.” (BAKHTIN, 1985, p. 95). Se está carregado de sentido ideológico, atribuições de valor estão em jogo e, portanto, permite a simbologização da realidade circundante.

Dentre os vários conceitos que Bakhtin incorporou aos estudos da linguagem, um é particularmente importante para as atuais reflexões: dialogismo. Para ele, (2002) dialogismo diz respeito à capacidade de diversas vozes expressarem-se e “duelarem” de modo identificável durante uma produção discursiva. Entende-se, dessa forma, que o discurso, mesmo que pronunciado por um único orador, é monológico somente em sua forma externa, já que em sua estrutura interna (semântica e estilística) é dialógico:

ele mantém, necessariamente, uma interação viva com outros discursos. Trocando em miúdos, isso significa dizer que cada enunciado necessariamente decorre de enunciados anteriores e necessariamente também constitui-se de fonte dos enunciados vindouros (BAKHTIN, 2002).

Nesse sentido, as formulações enunciativas representam “[...] a condição formal de um efeito de sentido [...]”, como o “pré-construído”, derivando-se de uma construção anterior, exterior, ainda que sempre independente, mas que se liga ao que é construído no enunciado (BAKHTIN, 2002).

Essa concepção é fundamental para compreendermos o que se passa na construção das grades de programação: se tomarmos os programas como enunciados, percebemos que existem estreitas relações entre eles, sobretudo nos programas que versam sobre o restante da programação, como é o caso do *Video Show*. Esse programa já sofreu algumas modificações ao longo de seu período de existência, mas hoje em dia sua conformação se faz por dois blocos razoavelmente distintos: uma modalidade jornalística e um programa de auditório.

No primeiro módulo, há o propósito de apresentar jornalisticamente outros programas das emissoras consorciadas, mas principalmente as do canal aberto, e um pouco da vida de atores/atrizes, informando, por exemplo, se vão ao teatro, se saem com amigos etc. Nessa perspectiva jornalística, cenas, atores, personagens são retomados em duas situações mais frequentes: na discussão sobre o que está acontecendo na trama que está no ar na semana em que o *Video Show* o apresenta, ou em trabalho de compilação de cenas de um personagem ou ator para ilustrar uma brincadeira, por exemplo, as inúmeras cenas de beijo que um determinado ator interpretou ao longo de sua carreira na emissora.

O segundo módulo é uma espécie de programa de auditório em que atores disputam uma gincana com a ajuda da plateia. Nessa modalidade, a produção elabora uma série de brincadeiras / perguntas que são, então, formuladas aos participantes, no intuito claro de “reviver” programas já veiculados, saudar personagens variados, homenagear atores/autores/diretores (em menor frequência) vinculados à própria emissora. É importante ressaltar que a participação do pequeno público presente no auditório pode ajudar, ou melhor, é esperado que ajude e até estimulado a fazê-lo. O pressuposto que norteia essa demanda é que o público saberia muito mais do que ocorre na programação do que os próprios atores que não têm tempo de se ver uns aos outros, na medida em que muitas vezes estão trabalhando no horário em que o programa em questão foi divulgado.

Esse pressuposto responde a um dos estranhamentos, qual seja, o de que o público – ou a comunidade contemporânea – ao

viver nesse novo regime de historicidade, isto é, no tempo presente, nada se deseja esquecer, segundo Hartog (2006) —, passaria a compor o universo representacional que permite articular os discursos, ou seja, construir a cultura.

A relação dialógica entre os enunciados produzidos é clara. O público responde àquilo que lhe foi demandado lembrar. Essa demanda por memória é duplamente importante: de um lado, reforça o domínio da memória biológica, já que é preciso ativar neurônios para lembrar cenas / atores / personagens, por vezes falas etc; de outro, constrói a memória coletiva porque, ao mesmo tempo em que traz à tona alguns eventos do passado, a emissora ilumina algumas produções/artistas em detrimento de inúmeras outras/outros que vão cair no esquecimento.

Ao trazer à tona um programa, uma novela, um ator/atriz, autor/autora, o programa não só dialoga diretamente com o público estimulando-o a lembrar, mas construindo **para e junto** com ele uma memória a ser lembrada *a posteriori*, um discurso articulado, e desse modo criar um ambiente que conduz a coletividade a simbologizar de uma determinada maneira. Um discurso que ilumina alguns programas / novelas / cenas / atores / atrizes / autores / autoras necessariamente os faz em detrimento de outros e, assim, conforma — ou ao menos tenta conformar — um ambiente razoavelmente uniforme de discurso articulado.

Situação semelhante ocorre com a reprise das novelas. Ao selecionar uma das que já veiculou, a emissora (enunciador determinante) elege um determinado recorte do que fará parte da memória a ser lembrada. É claro que as restrições impostas pelo horário funcionariam como fator determinante do que seria passível lembrar, mas, de todo o modo, dentre as possíveis, umas são eleitas, outras ficam de fora, no limbo do esquecimento.

Nas duas vertentes de estranhamento aqui discutidas, de um lado o desejo de lembrança, e, de outro, a política de memória, uma coisa está clara: Hartog tem razão quando fala de nosso regime de historicidade atual em que não desejamos nada esquecer (HARTOG, 2006).

Na vertente da construção de uma memória possível, refletir sobre o discurso construído pela rede televisiva é o ponto. Na concepção que trazemos de discurso, o contexto histórico em que são construídos é parte fundamental a ser considerado em sua própria construção.

4 O Discurso propriamente dito

Este artigo adota a concepção de discurso com base no que propõe Pêcheux (1997), ao compreender que a linguagem não é simplesmente um instrumento de comunicação, cujas informações que veicula são independentes de um contexto. Essa

concepção, para ele, somente mascara a relação que o discurso guarda com as relações ideológicas que o estruturam e constituem. Só há ideologia **por** e **para** os sujeitos: ela é construído e sua difusão/impregnação dá-se pelo discurso.

Ao procurar compreender a relação entre os discursos e suas condições de produção, esse autor pressupõe a existência de um complexo das formações ideológicas, que funciona para dar sentido às formações discursivas que nelas são engendradas. O sentido está em relação de dependência com essa formação ideológica e por isso ele não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que é produzido. Os enunciados mudam de sentido, segundo as posições sustentadas por seus enunciadores, e adquirem sentido em referência às formações ideológicas em que tais enunciadores se inscrevem.

Segundo Pêcheux, os sujeitos não são autores de seus próprios discursos, mas agenciam, ao proferirem seus enunciados, os elementos disponíveis em uma dada formação discursiva. Os sujeitos estão enredados nas teias das formações ideológicas e discursivas que vão determinar o seu discurso nas diferentes manifestações. Nesse sentido, o contexto é determinante, pois é nele que podemos detectar, em ação, os elementos de tais formações. A formação discursiva é, em Pêcheux, tudo que pode ser dito ou deve ser dito (sob qualquer forma) em determinada formação ideológica, ou seja, a partir de uma posição dada numa dada conjuntura. Finalmente, os elementos discursivos que esses sujeitos têm a seu dispor para produzir seus discursos são determinantes (mas não os únicos elementos) na articulação dos sentidos.

Ora, se estamos falando de programação de rede de comunicação de massa, esse contexto ideológico não pode ser esquecido ou menosprezado. Os estudos sobre o discurso não deixam de considerar as transformações que se estabelecem na construção de significado contingenciadas pelas circunstâncias ideológicas que influenciam tal construção, quando elas estão, de certa forma, no âmago do trabalho de produzir sentidos e expressar as relações de força entre campos distintos de atores.

Temos, então, dois polos de uma gangorra: quem se lembra da infância conhece a dificuldade que é sustentar o parceiro/opositor em uma dada posição. Aquele que tem mais força física, ou é mais ágil em executar algumas manobras para aumentar o peso, consegue manter o “amigo” na posição que deseja por mais tempo. Assim como ocorre na transmissão de informações, o equilíbrio na gangorra não é o almejado. O bom da brincadeira é o subir e descer, assim como nos processos informacionais: ele sempre acontece como fruto de uma situação em desequilíbrio, isto é, de uma relação assimétrica.

No caso da construção da memória na situação que estamos aqui observando, ousamos dizer que estamos em situação semelhante. Se, por um lado, vivemos em um regime de historicidade que almeja nada esquecer, por outro, somos obrigados a lembrar, em se tratando de dramaturgia brasileira, daquilo que um conglomerado informacional decide que lembremos.

5 Repercussões para a memória

Pensar nas formas de exteriorização humana por intermédio do discurso é pensar na relação que tais discursos estabelecem nos processos de transmissão cultural e de representações e, em última instância, é pensar na matéria que se consubstancia em memória.

Falar em memória no campo social é se reportar a Maurice Halbwachs. Em fins do século XIX, na esteira dos trabalhos de Durkheim, Halbwachs elabora seus estudos acerca da memória, estabelecendo um marco nesse campo. Inicialmente, estabelece a relação entre memória individual e memória coletiva, mostrando que nossas lembranças são coletivas; recordamos em função do(s) outro(s), mesmo quando se trata de eventos que presenciamos sozinhos, e objetos, que vislumbramos sem nenhuma outra testemunha; isso acontece, segundo ele, porque “[...] carregamos conosco [...]” uma quantidade de pessoas que não se misturam, na medida em que as lembranças são acionadas por narrativas de fatos que tenhamos lido ou ouvido em outros lugares ou de outras pessoas (HALBWACHS, 1997).

Associando essa concepção de Halbwachs sobre memória ao que Bakhtin afirma sobre o diálogo entre enunciados, voltamos a pensar no nosso objeto de reflexão: a grade de programação destinada à memória. Admitindo o que diz Halbwachs de que nossas lembranças são compartilhadas, porque elas estão relacionadas ao conjunto de lembranças comum aos grupos do qual fazemos, fizemos ou faremos parte, e ainda que “[...] a memória coletiva reconstrói o passado assegurando uma totalização, ela unifica as memórias anteriores do grupo [...]”, ao criar uma grade de programação que retoma vários programas já exibidos, o grupo social brasileiro está de algum modo exposto a um mesmo universo comum de lembranças, ou, diremos nós, a um mesmo discurso articulado para a produção de uma mesma simbologização (HALBWACHS, 1997).

De algum modo, esta análise sobre a grade de programação confirma o que diz Candau (1996) sobre a compulsão memorial que afeta as sociedades modernas nos últimos tempos. Ele afirma que esse fenômeno se traduz pelas comemorações, pela paixão genealógica, pelos tombamentos, pelos sucessos editoriais de biografias e pelas histórias de vidas, invenção de numerosas

tradições e, dizemos nós, pela construção de uma grade televisiva que também procura enaltecer a memória.

No entanto, há dois pressupostos básicos que não podem ser desconsiderados: 1) a reconstituição integral da memória é impossível e 2) a memória é seletiva. Tais considerações embasam a constatação de que a memória, sendo uma construção humana, é pela linguagem que ela se expressa, se constrói e se transforma, e que sustenta o questionamento que nos mobiliza: a relação entre memória e discurso.

6 Memória discursiva

Estamos nos apoiando em diversos autores que nos ajudam a explicar a grade de programação com ênfase nos programas de memória que, de algum modo, atende às características contemporâneas de compulsão à memória. Além disso, os autores vão nos ajudar a embasar a preocupação a respeito do risco, do ponto de vista discursivo, de haver um controle abusivo sobre o que lembrar e o que esquecer.

Apoiamo-nos em Courtine (1981) para tomar-lhe de empréstimo o conceito de **memória discursiva** por entendermos que ele, ao estabelecer dialogicamente relação com outros discursos, sustenta adequadamente o que queremos dizer com “criação de um discurso articulado uniforme”, como afirmamos em item anterior. Courtine apresenta o seu conceito informando que, se em toda formulação enunciativa existe “campo associado” de outras formulações que ela repete, retoma, refuta e transforma, compreendemos que esse campo ajuda a criar o que adotamos como cultura de um grupo social, admitindo que os componentes desse grupo simbologizam de modo comum, pelo discurso articulado que constroem.

O universo simbólico de grupos e segmentos sociais se impõe como legítimo para além do próprio grupo, quando associa memória a operações que produzem, via discurso, uma comunidade simbolicamente uniforme em grupos que se situam fora de seus limites de fronteira.

Assim, para Courtine, o domínio de saber de uma determinada formação discursiva constitui-se no interdiscurso dessa formação discursiva. Tal domínio funciona como campo de aceitabilidade discursiva e de exclusão: o que pode e o que não pode ser dito. Além disso, a relação entre enunciado e reformulação dá-se em função de uma rede de formulações, que possibilita as retomadas de um enunciado. Desse modo, a noção de memória discursiva sustenta o pressuposto de que toda formulação tem seu ‘domínio associado’ a outras formulações com as quais tem uma relação de negação, transformação, repetição etc.

Courtine define, então, o conceito de **memória discursiva** como “[...] a existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos.” Ele destaca dois caminhos considerados distintos mas indissociáveis, no que tange à relação entre memória e discurso: a repetição e a comemoração. A repetição seria a manifestação da memória discursiva no âmbito do interdiscurso e a comemoração, processo no qual há uma ligação direta entre aquilo que está sendo dito e a sua referência histórica do passado (COURTINE, 1981).

A emergência de um mundo obcecado por memória sugere que tudo deve estar arquivado para permitir a apuração de responsabilidades coletivas, além de alimentar a economia simbólica do passado que aciona e mantém a referência nacional como lugar político dos debates. É claro que essa preocupação com o arquivamento relaciona-se diretamente aos programas televisivos de memória que estamos tratando aqui. A preocupação em recuperar imagens do acervo, seja para mostrá-las na sequência veiculada na primeira exibição, seja para fazer montagens com propósitos específicos, aponta para um trabalho de arquivamento — e de recuperação — precioso.

Preciosidade que se torna ainda mais importante quando se pressupõe, como afirma Mattelart (1994), que o estatuto de uma industrialização da cultura, difundida na sociedade durante o século XX, caracteriza comportamentos e estilos de vida, consumidores de divertimentos **suportados** pela memória e pela informação — uma lógica massificada da cultura pela qual o marketing e a publicidade cimentam uma “vontade geral” que é economicamente explorada.

Nesse contexto salientado pelo autor, informação e memória passam a caracterizar uma ordem de realidade passível de transmissão, usos e reutilizações, além de novos desdobramentos nas articulações entre economia, tecnologia e informação. Em se tratando da programação do maior veículo de comunicação de massa do país, essa relação não pode ser menosprezada.

Desse modo, o conceito de memória discursiva e a noção de memória-informação alinham-se com a identificação de um plano discursivo, forjado historicamente, capaz de mobilizar um domínio com o funcionamento de contingências e de convergências, objetivando organizar, processar e distribuir informação,

[...] constituiria uma intervenção na ordem da cultura, do conhecimento, da linguagem, mas também nos negócios e nas atividades produtivas; nela aconteceriam tanto interações mediadas pela linguagem e outros processos simbólicos, quanto processos que envolvem a constituição e circulação de valores econômicos (GONZALEZ DE GOMEZ, 2006, p. 45).

Aqui tocamos o ponto nefrágico do outro estranhamento deste artigo. Como e a serviço de quê tantas memórias estão

sendo construídas? Não tendo a pretensão de esgotar o tema, mas sobretudo abrir a discussão, pensamos nos possíveis futuros desdobramentos de investigação.

O modo como memórias locais, geracionais e nacionais são elaboradas e representadas na contemporaneidade tem caracterizado uma cultura de memória cada vez mais mediada pelas tecnologias digitais, sobretudo, associada a “processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil.” (HUYSSSEN, 2000, p. 34) Nesse sentido, construir uma grade de programação que contemple produtos previamente exibidos é, de alguma maneira, agir sobre o universo simbólico de hoje, buscando formas de vida progressas, de modo a construir um modelo futuro.

Que grandes projetos – nacionais ou não – estariam norteando a seleção e escolha dos programas a serem reprisados? Para Huyssen, foi o debate midiático sobre o Holocausto na década de 1980, na TV, nos eventos comemorativos, nos projetos testemunhais, nas manifestações públicas, na criação de museus, que estabeleceu a ressonância global para o discurso de memória. Destacou que a memória do Holocausto funcionou nos discursos de legitimação das intervenções humanitárias de organismos internacionais em Kosovo, como resposta a deportações arbitrárias, atrocidades sistemáticas, acionando uma culpa da Europa e dos Estados Unidos pela não-intervenção nos anos de 1930.

E hoje? Que projetos estariam norteando essa ressonância, mesmo que somente em âmbito nacional? Que interesses econômicos estariam influenciando – determinando, mesmo – a escolha e a seleção do que deverá ser repetido para a massa?

7 Considerações finais

As perguntas ainda não têm resposta, nem sabemos se algum dia o terão. Procuramos, neste percurso, revelar as questões que mobilizam as investigações empreendidas em um campo de confluências relativamente recente, nesse período histórico específico que nos traz novas configurações que, por sua vez, demandam novas abordagens.

A compressão na barreira espaço-temporal trouxe novas formas de perceber, simbologizar o entorno que nos cerca. Esse entorno está, a cada dia, mais fluido, visto que as mudanças na circunscrição do lugar de convivência dos grupos alterou a percepção que o sujeito – e os grupos sociais em que vive – tivesse de si mesmo e de seus próximos.

Parafraseando Huyssen (2000), diríamos que essa compressão do espaço-tempo nas sociedades ocidentais contemporâneas provoca a expectativa de continuidade do tempo e extensão do espaço na experiência cotidiana, o que poderia explicar que um

conglomerado infocomunicacional do porte da Globo – a aldeia global – se dedicasse a programar reprises de suas próprias produções. “Na medida em que as barreiras espaciais se enfraquecem e o próprio espaço é globalizado por um tempo cada vez mais comprimido, um novo tipo de incômodo está se enraizando no coração das metrópoles.” (HUYSSSEN, 2000, p. 31). Essa obsessão por passado está em contato também com a vida curta do que pode ser considerado do presente, organizando o universo cultural da população, de modo a produzir discursos articulados e confluentes, em um processo de simbologização compartilhada.

O compartilhamento do universo simbologizado permite trocas não só simbólicas, mas também econômicas mais frutíferas. Como diz Huyssen (2000), os projetos de digitalização de artefatos raros, adquiridos por um dos homens mais ricos do mundo, Bill Gates, evidenciam a força do comércio do passado, amplamente viabilizado pela realidade digital, desbancando apelos de futuro. Sugere ainda a existência de um mercado de memória apoiado em transformações relacionadas à mudança tecnológica e à mobilidade global, desestabilizando as ordens do espaço e do tempo.

Os mercados de memória evidenciam a participação dos meios midiáticos nas estruturas de percepção do cotidiano nas sociedades contemporâneas, especialmente em dinâmicas sociais de lembrança e de esquecimento. A indústria cultural representa uma comercialização em massa dos produtos culturais que vêm comportando uma crescente lógica de indústria da memória.

Nesse contexto, o discurso, sendo regulado pelas condições sócio-históricas de sua emergência, permite evidenciar as relações de poder que conformam as produções enunciativas, criando o discurso articulado da cultura contemporânea. Mais do que encontrar respostas, este artigo se destina a pensar sobre perguntas.

Memory’s televised speech: plin plin

ABSTRACT

Television, an integral and fundamental part of a system of mass communication is at the same time the result and the source of the symbolic universe of the public to whom it is addressed. Its program schedule both respects and instigates the social imaginary of its audience, from the historical and social context in which it reveals itself. In the light of some contemporary authors, this paper discusses aspects of the program schedule of the largest Brazilian television conglomerate, as a source of information, especially geared to the attractions related to the memory, trying to point to the construction of new networks of meaning, conceived by and in the televised speech. A highly theoretical reflection, this paper discusses the impact that such programming causes in the construction of the symbolic universe of the Brazilian people and consequently in the memory of this social group in contemporary society.

KEYWORDS: Speech. Memory. Information. Mass communication. TV

El Discurso televisado de la memoria: bling bling

RESUMEN

Televisión, parte integral y fundamental de un sistema de comunicación de masas, al mismo tiempo es el resultado, es también la fuente del universo simbólico de la población que servimos. Su horario de otoño con respecto así como las causas, el imaginario social de su público, desde el contexto histórico y social en la que se manifiesta. A la luz de los autores contemporáneos, este artículo describe los aspectos de la programación de la televisión más grande conglomerado brasileño como una fuente de información, especialmente orientada a las atracciones de la memoria, tratando de apuntar a la construcción de nuevas redes de significado, concebido por y en un discurso televisado. Reflexión muy teórico, este artículo analiza el impacto que dicha programación hace que la construcción del universo simbólico del pueblo brasileño y por lo tanto la memoria de este grupo social en la sociedad contemporánea.

PALABRAS CLAVE: Discurso. Memoria. Información. Comunicación de masas. TV.

Referências

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CANAU, Joël. **Anthropologie de la mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. **Langages**, Paris: Larousse, n. 62, 1981.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1970.
- GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens. questões epistemológicas, conseqüências políticas. In: GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 29-84.
- HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire collective**. Paris: Albin Michel, 1997. Edição crítica établie par Gérard Namer.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em 5 de ago. 2011.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- MATTELART, Armand. **A Invenção da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994
- OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria e Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. **O Conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

Evelyn Orrico

Doutora em Ciência da Informação (UFRJ-IBICT)

Bolsista do CNPq (APQ2)

Professora Associada I

Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO)

E-mail: evelynorrigo@unirio.br

